

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Prática Extensionista

PROJETO/AÇÃO (semestre/ano)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

PROGRAMA() PROJETO(X) CURSO() OFICINA()

EVENTO () PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS () AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL ()

Área Temática: Direito

Linha de Extensão: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Local de implementação (Instituição parceira/conveniada): Escolas públicas:

Apresentação para alunos especiais; ou Palestra de conscientização.

Título: A inclusão das crianças especiais na educação - Direitos e aplicabilidade.

2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

CURSO: Bacharelado em Direito

Coordenador de Curso: Adalberto Noqueira Aleixo

Articulador(es)/Orientador(es): Luiza Cristina de Castro Faria

Aluno(a)/Equipe:

Matrícula	Nome Completo	E-mail	Telefone
2113180000129	Andréa Avelino de Souza Ribeiro dos Santos	andrea-avelino@ live.com	(61) 9.9148-7135
2113180000320	Arthur Medeiros Vieira Dias	arthur2001.med eiros@gmail.com	(61) 9.9117-8397
2323180000063	Edvaldo Péricles Gonçalves de Castro	edvaldopericles9 9@gmail.com	(61) 9.9431-1308
2323180000100	Ian neres Teixeira	ianneres@gmail. com	(61) 9.8199-8159
2213180000159	Horácio Adail T. Canedo	horaciotibirica@ gmail.com	(61) 9.8210-3945
2113180000261	Maria Clara Costa Ferreira	dir.claracferreira	(61) 9.9271-9468



PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

1	1	@gmail.com	
2323180000016	Raquel Christina de Souza Silva	raquelchristina0 6@gmail.com	(61) 9.8638-9505
2323180000039	Rodrigo Carlos de Sousa	rodrigoferenteti @gmail.com	(61) 9.8165-6549

3. Desenvolvimento

Fundamentação teórica

Apresentação:

Preliminarmente, cumpre destacar que, de acordo com o parágrafo único do artigo 3° da Lei n° 8.069, de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

O intuito do projeto de extensão voltado às crianças especiais é desenvolver ações junto à comunidade integrada a escolas, contribuindo com a introdução do ensino do Direito para crianças com deficiência, visando a conscientização.

Por meio da educação e informação, bem como pesquisas aprofundadas acerca do assunto, visa-se desenvolver a aprendizagem de alunos com algum tipo de deficiência acerca de seus deveres e direitos, atingindo também professores e demais pessoas envolvidas no ensino.

Após a implementação do Projeto em uma instituição a ser definida, verificar-se-á o grau de relevância e impacto no meio escolhido. O estudo a ser desenvolvido avaliará a importância do ensino básico de direitos para crianças com necessidades especiais, assim como seu impacto socioeducativo.

O projeto contribuirá diretamente com a comunidade e com a formação acadêmica de forma geral, levando em consideração as diversas vertentes para o mesmo tema. Além da teoria, a ser desenvolvida por meio de leituras e análise prévia das condições, durante a prática, ou seja, a aplicação do projeto desenvolvido, buscar-se-á pela promoção do conhecimento e responsabilização individual e coletiva.

Justificativa:



PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Conforme preconiza a Carta Magna de 1988 em seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

Em razão da igualdade assegurada por lei, tendo em vista a discriminação de pessoas com deficiência, buscar-se-á pelo conhecimento acerca da igualdade e como tem sido aplicado à crianças e adolescentes no contexto escolar. O inciso III do artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente consigna que "é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", assim sendo, levantar-se-á discussão no meio acadêmico acerca do atendimento deste direito.

Como dito por Aristóteles: "Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade".

Objetivos gerais:

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver um projeto de extensão voltado para crianças especiais, visando a introdução do ensino do Direito, com o propósito de promover a conscientização sobre seus direitos e deveres. Através da educação, informação e pesquisas aprofundadas, o projeto busca proporcionar aprendizagem aos alunos com deficiência em relação aos seus direitos, abrangendo também professores e demais envolvidos no processo educacional.

Objetivos Específicos:

Produzir cartilha ou manual informativo, abordando os direitos específicos de crianças com diversos tipos de deficiência.

Resultados esperados:

Impactar a sociedade que detém os direitos especificamente abordados, analisando o quanto a legislação tem sido aplicada na prática.

Metodologia:

A metodologia a ser adotada diz respeito ao "Estudo de caso". Para coleta de dados, será utilizada uma base de pesquisas doutrinárias e artigos científicos. O intuito da pesquisa a ser realizada é desenvolver um projeto aplicável à sociedade possuidora desses direitos, visando atingir o público do ensino básico de educação. Para aplicar o tema ao público alvo, utilizaremos apresentações e palestras, desenvolvidas com o intuito de informar e conscientizar crianças e adolescentes.



PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Cronograma de execução							
DATA DE INÍCIO: 07 de agos							
Evento	Período	Observação					
Elaborar um Manual / Cartilha sobre o tema para apresentar							
Apresentar o Projeto em escola para crianças com deficiência, ou realizar palestra de conscientização.	a dofinir						
	Considerações finais:						



PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Diante do exposto, é evidente a relevância e o potencial transformador do projeto de extensão proposto, que visa a introdução do ensino do Direito para crianças com deficiência, promovendo a conscientização e empoderamento em relação aos seus direitos e deveres. A fundamentação legal, baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece claramente a igualdade de direitos para todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas características individuais.

O projeto não apenas alinha-se aos princípios fundamentais de igualdade e não discriminação consagrados na legislação brasileira, mas também se conecta com a necessidade de uma sociedade mais inclusiva e informada. A educação desempenha um papel crucial na promoção da igualdade e na superação das barreiras que as pessoas com deficiência frequentemente enfrentam. Ao empoderar as crianças especiais com conhecimento sobre seus direitos, o projeto não apenas as fortalece individualmente, mas influencia positivamente a comunidade e a educação como um todo. O projeto não apenas aborda direitos específicos, mas também estimula a reflexão sobre a equidade e o tratamento justo que todos merecem.

Em conclusão, o projeto de extensão emerge como um instrumento vital para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as crianças com deficiência sejam plenamente conscientes de seus direitos e tenham a capacidade de se envolverem ativamente na busca por sua realização. A implementação desse projeto não apenas contribuirá para o empoderamento individual, mas também para a transformação coletiva, impactando positivamente a maneira como a sociedade enxerga e trata as pessoas com necessidades especiais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.

FREIRE, Muniz. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** (Coleção Método Essencial). [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559645688. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645688/.

JR., Gediel Claudino de A. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente, 3ª edição**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597019148. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019148/.

NUCCI, Guilherme de S. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Comentado.** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530992798. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992798/